

“Como as Democracias Morrem”

De Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Recomendação de Luiz Carlos Bresser-Pereira para o clube do livro Panaceia e Carta Capital, setembro 2018.

Como as Democracias Morrem é um livro muito interessante, porque nos faz conhecer melhor a democracia americana e o risco que Ronald Trump representa para ela; é, porém, perda de tempo quando tenta nos fazer conhecer os problemas das democracias latino-americanas, sobre as quais um dos autores é especialista, na medida que não considera o fator estrutural que garante uma democracia consolidada: ter completado ou não sua revolução capitalista.

Os dois autores estão legitimamente preocupados com a estabilidade da democracia americana, porque um político nacionalista e demagogo, o presidente Donald Trump, representa realmente um perigo para ela. E eles têm uma explicação interessante para a resistência da democracia americana. Ainda que no início do livro eles sugiram que são as instituições que a garantem, reconhecem mais adiante que definitivamente não foi a Constituição americana, e perguntam: “Se a Constituição escrita na Filadélfia de 1787 não foi o que garantiu a democracia americana por tanto tempo, então o que foi?” (p.102). E a resposta vem logo em seguida: foram duas disposições dos políticos dos dois partidos: “a tolerância mútua”, cujo sentido é óbvio, e a “reserva institucional”, que significa da parte dos políticos algo muito semelhante: “autocontrole paciente, comedimento e tolerância”.

Estas duas disposições comportamentais revelaram-se desde a aprovação da Constituição em uma prática liberal e elitista pouco democrática: a escolha dos dois candidatos à presidência por líderes políticos dotados daquelas duas qualidades. A democracia americana apoiou-se, portanto, em uma aristocracia de homens notáveis. Essa democracia não é tão antiga quanto os americanos acreditam e os autores do livro sugerem, porque o sufrágio universal masculino só foi garantido nos Estados Unidos na virada para o século XX. Na verdade, os políticos liberais e republicanos que fundaram a república americana foram por mais de cem anos fortes opositores à democracia. Enquanto liberais, eles defenderam os direitos civis; enquanto republicanos, a prioridade do interesse público em relação ao

interesse privado; mas se opuseram ao sufrágio universal – uma das duas condições mínimas para que um regime político possa ser considerado uma democracia, usando o argumento liberal bem conhecido que a democracia levaria “à tirania da maioria”. Só aceitaram o sufrágio universal quando a pressão das classes populares se tornou muito forte, ao mesmo tempo que esses políticos e a classe capitalista se convenceram que o direito universal ao voto não levaria o país ao socialismo.

O importante para nossos dois autores é assinalar duas coisas: os políticos americanos dos dois grandes partidos políticos, identificados com o interesse público, evitaram escolher demagogos para serem candidatos à presidência da república, ao mesmo tempo que agiram de forma tolerante aceitando a eventual derrota eleitoral. Esta prática só foi rompida com a escolha de Donald Trump, um demagogo perigoso, como candidato do Partido Republicano. Por que eles agiram assim? Não foi por uma razão institucional, já que não pode ser atribuída à Constituição, mas por uma razão estrutural: o fato de os Estados Unidos haverem, cedo, realizado sua revolução industrial e capitalista. Construíram assim um país no qual os capitalistas e os tecnoburocratas realizam lucros e elevados ordenados no mercado, sem necessidade de controlarem diretamente o Estado, enquanto, para a grande classe trabalhadora, a democracia é uma oportunidade de participação nos ganhos do desenvolvimento econômico.

Nossos dois autores querem saber como as democracias morrem. Não é mais através dos golpes militares que definiram a Guerra Fria, dizem eles, mas através da eleição de demagogos que acabam se transformando em ditadores. Isto já vem acontecendo em países como o Paraguai e a Venezuela, e nossos autores sugerem que pode acontecer também nos Estados Unidos. É verdade que os trabalhadores e as classes médias perderam poder desde que, com a eleição de Ronald Reagan, um liberalismo radical (o neoliberalismo) se tornou dominante nos Estados Unidos e reduziu a qualidade da democracia. Mas a meu ver a democracia está consolidada nesse país, porque essas duas classes são suficientemente fortes para evitar uma recaída autoritária. Não foram, porém, fortes o suficiente para impedir que a qualidade da democracia americana se deteriorasse. Quase quarenta anos de liberalismo econômico levaram a sociedade americana a adotar um individualismo radical que já matou o componente cívico de sua democracia – o republicanismo – e a fez mergulhar no individualismo neoliberal.

Nossos dois autores estão preocupados com a democracia nos países em desenvolvimento, em especial nos países latino-americanos. É razoável que considerem a democracia de países como o Peru e o Paraguai como muito frágeis. Esses países não

realizaram ainda a sua revolução capitalista, ou seja, a formação do seu estado-nação e a industrialização; não possuem, portanto, a grande classe trabalhadora e a igualmente grande classe média que tornam uma democracia consolidada. Mas países como o Brasil, a Argentina e o México já realizaram essa revolução e suas democracias estão consolidadas. Entretanto, como aconteceu nos Estados Unidos, a democracia vem perdendo qualidade devido a um individualismo radical que mina seu elemento socialista (a solidariedade) e seu elemento republicano (o civismo) que são essenciais para a construção de uma nação forte e coesa na qual a democracia avance ao invés de regredir.